

ASPECTOS DO COLONATO AÇUCAREIRO EM SÃO PAULO (1930-1950)

ASPECTS OF THE COLONATO SUGAR WORKERS IN SÃO PAULO

Mateus de Almeida Prado Sampaio¹

mapas@usp.br

RESUMO:

Este artigo aborda o sistema de trabalho conhecido como “colonato”, que, assim como na atividade cafeeira, também na canavieira teve grande importância, ao menos em um determinado período histórico. São abordados aspectos relacionados às condições de trabalho, moradia e vida social dessas pessoas, entre os anos 1930 e 1950, nas usinas de açúcar de São Paulo.

1 Introdução

Após o fim do sistema escravista de produção, passou a predominar nas atividades agrícolas canavieiras em São Paulo o colonato. Neste regime, o trabalhador ainda residia na área da usina/engenho central, ou seja, na zona rural, não sendo, entretanto, proprietário da terra nem da casa em que morava. Este tipo de trabalhador, intermediário na “linha evolutiva” entre o escravo e o bóia-fria, tinha características próprias, que os diferenciavam veementemente tanto de seu antecessor quanto de seu sucessor na ingrata atividade de plantio, cultivo e corte dos canaviais.

O objetivo deste artigo é apresentar, seguindo referências bibliográficas de época, complementadas por interpretações analíticas feitas *a posteriori*, aspectos sobre as condições de vida e de trabalho destas pessoas, que por um determinado período, foram elementos centrais à produção canavieira paulista.

2 Trabalho dos colonos e empreiteiros do açúcar

Na primeira metade do século XX, até a década de 1950, os tipos de trabalho que vigoravam na lavoura canavieira paulista eram os sistemas de colonato e de empreitadas. Estes conceitos - de colono e de empreiteiro - eram confusos e variavam muito de usina para usina. Em alguns casos,

¹ Doutor e Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo e membro do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental da Universidade de São Paulo.

eram vistos como pequenos empresários, fornecedores de cana. Já em outros, simplesmente se aproximavam de trabalhadores assalariados comuns. Eram trabalhadores que residiam na área rural, próximo ao local de trabalho, e estabeleciam algum tipo de contrato (verbal ou escrito) com um representante da firma proprietária da usina. A usina geralmente era a dona da casa e do lote onde se instalavam os colonos com suas famílias. Alguns exemplos dos diferentes casos existentes no período, ao serem citados, podem melhor elucidar as condições em que se encontravam tais trabalhadores. Na primeira metade da década de 1940, por exemplo, o sistema de colonato empregado na Usina Vassununga, localizada no município de Santa Rita do Passa Quatro, podia ser considerado “*do tipo mais primitivo*”,² sendo simples as relações estabelecidas entre usina e trabalhador. Quanto a manutenção agrícola e a colheita, conforme documento de época,

“A Fazenda pagará:

- Pelo trato anual de 1 alqueire de cana (soqueira) com obrigação ao corte, Cr\$ 300,00.
- Pelo corte de um feixe composto de 15 canas bem limpas, inteiras e bem amarradas, de variedade POJ 213 ou outra qualquer de cana fina, Cr\$ 0,04.
- Pelo corte de um feixe, composto de 8 canas bem limpas, inteiras e bem amarradas, da variedade POJ 2878, ou outra qualquer de cana grossa, Cr\$ 0,04.”

Para outras tarefas da lida canavieira:

- Diárias — A Fazenda pagará Cr\$ 6,00 por diária quando chamar o colono a seu serviço.
- Gratificação — Aos colonos que tiverem cortado mais de 20.000 feixes de canas, será dada uma gratificação de Cr\$ 0,005 por feixe sobre o total que tiverem cortado ao final da safra.
- Carretos — Serão cobrados à razão de Cr\$ 1,50 por viagem de carretela e Cr\$ 2,00 por viagem de carro ou carroção, sempre que nos terrenos da Fazenda.
- Pagamento — de 60 em 60 dias.³

Mais complexo era, por exemplo, o conceito de colono empregado nas usinas da *Société Française de Sucreries Brésiliennes (SSB)*. Colono era todo aquele que plantava, tratava, cortava, transportava e colocava a cana sobre os vagões de trem em direção à usina. Além disso, a usina disponibilizava “gratuitamente” aos colonos terras, divididas em talhões numerados, com áreas pré-determinadas, voltadas exclusivamente para a cultura da cana. No período da plantação e de crescimento do canavial, a usina adiantava “Cr\$ 300,00 por hectare de canas novas e nascidas”,⁴ sob as seguintes condições: o adiantamento era dividido em 3 prestações iguais de Cr\$ 100,00 (em

² CARLI, 1943, pp. 100-101.

³ CARLI, 1943, pp. 100-101.

⁴ Valor equivalente ao preço de venda de 4 a 5 toneladas de cana.

fevereiro, abril e agosto). Para os hectares de soqueiras — segundo ou mais cortes — eram adiantados Cr\$ 100,00, pagos em duas prestações (uma em janeiro outra em abril). Ficava reservada à usina a faculdade de fiscalizar as mudas que seriam plantadas, tendo o direito de rejeição no caso de doença ou má qualidade. Os adubos químicos eram poucos e eram fornecidos gratuitamente pela SSB, e o adubo orgânico de curral era obtido em estrumeiras, cuja construção era facilitada pela usina. Um grande rebanho bovino era utilizado para a realização de tarefas agrícolas e de transporte, fornecendo diariamente certo volume de adubo que era recolhido para ser posteriormente aplicado na lavoura. Nos Engenhos Centrais de Piracicaba e de Rafard o sistema de pagamento pelas toneladas de cana cortadas, amarradas em feixes e entregues pelo colono nos pontos de coleta da usina tomava por base os preços médios da cotação do açúcar no mercado de São Paulo, dados pela Bolsa de Mercadorias da mesma praça. No ano de 1943 este oscilava da seguinte forma, tomando-se por base a saca de 60 kg de açúcar cristal:

Preço da Saca de açúcar	Preço da tonelada de cana
Cr\$ 50,00.....	Cr\$ 19,60
Cr\$ 55,00.....	Cr\$ 21,10
Cr\$ 60,00.....	Cr\$ 22,60
Cr\$ 65,00	Cr\$ 24,10
Até o máximo de Cr\$ 70,00.....	Cr\$ 25,60 ⁵

Para que os colonos não saíssem prejudicados, estes tinham o direito de “*ter um empregado fiscal junto ao pesador, para assistir à pesagem das canas*”. ⁶

IMAGEM 1



Colonos de Piracicaba embarcando feixes nos vagões. Durante todo o período analisado até aqui, o corte da cana não passou por nenhuma evolução técnica digna de nota. C. 1910. ⁷

⁵ CARLI, 1943, pp. 94-96.

⁶ CARLI, 1943, pp. 94-96.

⁷ PICARD, 1996, p. 140.

Ainda em relação às usinas da *Société Française des Sucrerie Brésiliennes*, esta via, entre as vantagens do colonato, o fato de que o trabalhador tinha interesse em elevar sua produtividade:

[...] o colono trabalha por sua própria conta, obter uma remuneração é a finalidade do seu labor. Ele tem, ao cultivar sua cana e tratá-la convenientemente, um interesse que nunca pode ter o assalariado que trabalha sob a vigilância de um feitor, e que pouco se importa se a cana dará ou não uma boa colheita. O colono cuida do seu campo no momento propício e é capaz de gastar nele uma quantidade enorme de trabalho, sempre que considera urgentes a capina ou os demais tratos culturais. O assalariado sempre se esforça o menos possível. [Ademais] seus filhos de pouca idade o ajudam em todas as suas necessidades e o trabalho não chega a ser computado.”⁸

Em outras palavras, “*quanto mais o colono trabalhava para si mesmo [...] mais ele trabalhava para o fazendeiro.*”⁹ Na Usina Santa Bárbara, localizada no município de Santa Bárbara do Oeste, também se tinha o hábito de fazer adiantamentos aos colonos, para que estes se sustentassem no período em que aguardavam a colheita. É curioso notar que o colonato configurava-se como um modo de trabalho familiar, e não individual, sendo que na referida empresa o valor “*máximo de adiantamentos poderá ser de Cr\$ 50,00 mensais, por pessoa maior de 8 anos.*”¹⁰

IMAGEM 21



Colônia na Usina Santa Bárbara. Santa Bárbara D'Oeste. C. 1940.¹¹

Nas Usinas Monte Alegre (localizada em Piracicaba) e Tamoio (Araraquara), ambas da “*Sociedade Anônima Refinadora Paulista*”, de propriedade do imigrante Pedro Morganti, pelo regime de trabalho estabelecido, o locatário (colono) tinha que lavrar as terras, tratar das canas, cortá-las, transportá-las e carregá-las sobre os vagões da locadora (ou seja, da Usina), obedecendo às exigências e orientação da administração. O pagamento era feito em função de seu rendimento,

⁸ PICARD, 1996, p. 35.

⁹ MARTINS, 1979, p. 86.

¹⁰ CARLI, 1943, p. 94. Grifo nosso.

¹¹ CAMPAGNOL, 2008, p. 193.

ou seja, de acordo com a produtividade obtida, isto é, com a quantidade de cana produzida nos talhões cultivados pelo colono e sua família e colocadas sobre os vagões, na razão de Cr\$ 22,00 por tonelada entregue. Deduzia-se deste preço, por ocasião da colheita, os adiantamentos em dinheiro ou em gêneros (alimentos e ferramentas) feitos pelo armazém da empresa e as importâncias correspondentes ao adubo, que era fornecido por esta.¹²

IMAGEM 32



Trabalhadoras da usina Tamoio se dirigindo à área agrícola. C. 1950.¹³

Na usina Costa Pinto (localizada em Piracicaba), da família Ometto, os colonos recebiam terras para plantio de cereais e demais alimentos destinados ao sustento de suas famílias, na proporção de 50% da área das terras que estivessem cultivando com canas. Cedendo esses lotes para uso pessoal/familiar dos colonos, sem cobrar nada, condicionava que, entretanto, estavam “*expressamente proibidas as plantações intercaladas nas lavouras canavieiras.*” Para vender a cana, o preço era invariável, sendo fixado em Cr\$ 20,00 pelo carro de cana ou Cr\$ 13,33 pela tonelada pesada na balança da usina. Quanto às “vendas” de cana do colono para a usina, os pagamentos se realizavam na proporção de 30% a cada fim de mês, calculados a partir do total entregue, e o restante, isto é, 70%, sessenta dias depois da última entrega.¹⁴

Quanto ao sistema de empreitadas, pode-se citar os exemplos da Usina da Pedra (localizada em Serrana), da família Biagi, que, em 1943, declarava não possuir colonos e que todo o trabalho agrícola era feito “*através de empreitadas ou tarefas por salário*”,¹⁵ sob administração direta da fazenda. Os preços em vigor eram os seguintes: plantação de cana, por dia de serviço, Cr\$ 6,00;

¹² CARLI, 1943, p. 97.

¹³ http://www.estacoesferroviarias.com.br/ferroviaspart_sul/efusinatamoio.htm

¹⁴ CARLI, 1943, pp. 97-98.

¹⁵ CARLI, 1943, p. 100.

trato de cana, por dia de serviço, Cr\$ 6,00; carpas, por alqueire, Cr\$ 40,00 a Cr\$ 80,00; corte de cana, Cr\$ 6,00 a Cr\$ 8,00, a tonelada; o carro de cana variava de Cr\$ 1,70, quando o veículo era da usina, a Cr\$ 3,40, quando era do empreiteiro.¹⁶

A Usina Amália (localizada em Santa Rosa do Viterbo), propriedade da família Matarazzo, também trabalhava pelo sistema de “*empreita*”. Os empreiteiros arregimentavam grupos de até 40 “*camaradas*”¹⁷ para realizar os serviços. Não havia contratos escritos, sendo a remuneração um salário diário de 7 a 8 cruzeiros. Na entressafra, não havendo trabalho nos canaviais, os camaradas dedicavam-se as lavouras particulares de milho, feijão e arroz, sendo, porém, essa produção obrigatoriamente vendida à usina que a adquiria “*pelo preço corrente*”. Já a Usina Capuava (localizada em Piracicaba) fornecia aos empreiteiros as pontas de canas para que efetuassem as plantações. Estas deveriam ser cortadas e transportadas até o local de replante pelos próprios, sendo que para cada quartel (6.050 m²) de cana plantada e formada, em estado limpo, o usineiro pagava Cr\$ 50,00. Para formar as sequeiras, esse valor caía para Cr\$ 40,00. Além desse fixo, baseado no tamanho da área sob sua responsabilidade, o empreiteiro ainda recebia “*de 4 a 5 cruzeiros por 100 feixes, com vinte canas cada feixe*”. O transporte era também pago à parte, oscilando os preços de Cr\$ 2,00 a Cr\$ 3,00 a tonelada, de acordo com as distâncias.¹⁸

IMAGEM 4



Fotografia aérea de talhão (de cana crua) sendo cortado por grupo de trabalhadores (pontinhos brancos). Capivari, 1939.

¹⁶ CARLI, 1943, p. 100.

¹⁷ Aqui não fica claro o perfil desses “camaradas”, sabendo-se apenas que são trabalhadores rurais. Deduz que estes residiam nas terras da usina.

¹⁸ CARLI, 1943, pp. 98-99.

IMAGEM 5

Fotografia aérea. Aspecto geral de talhão (de cana crua) sendo cortado. Porto Feliz, 1939. ¹⁹

IMAGEM 6

Realização do corte da cana crua, neste caso feita por colonos do sexo masculino. A queima do canavial como método facilitador do corte ainda não havia se estabelecido uma vez que era necessário utilizar as folhas de cana para amarrar os feixes. Piracicaba, c. 1910. ²⁰

IMAGEM 7

Amarração dos feixes de cana, feita por colonas – mulheres e crianças. “O corte se faz como em toda parte do mundo, mas aqui uma ótima prática, que não existe alhures, consiste em acondicionar os colmos em feixes de 10 a 12, segundo a sua grossura, e atá-los com as próprias folhas. Isso facilita o carregamento.” ²¹ Piracicaba, c. 1910.

¹⁹ Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo.

²⁰ PICARD, 1996, p. 139.

²¹ PICARD, 1996, p. 32.

3 Aspectos do universo social dos colonos açucareiros

Morando nas adjacências das usinas, os colonos, enquanto habitantes da zona rural, vivam em certo isolamento em relação aos principais centros urbanos que detinham a primazia na dinâmica social. Era em torno das vilas anexas às fábricas de açúcar e álcool e nas “linhas de casas” que formavam as colônias que se desenvolviam a maior parte da vida social dos trabalhadores da cana. Estas não raro possuíam igrejas, praças, áreas de lazer, mercados, escolas, campos esportivos, etc. De acordo com dados levantados por Carli (1943), o “*standard*” de vida do colono envolvido na produção de cana-de-açúcar em São Paulo podia ser considerado bom. Este residia em:

Casas confortáveis e higiênicas, geralmente agrupadas em colônias. A plantação de cana a cargo do colono nem sempre fica nas imediações da colônia, porque se busca sempre o agrupamento afim de melhor se fiscalizar a atividade do colono, bem como facilitar a assistência escolar e médica. As casas ora são isoladas, ora geminadas, porém todas com pequenos quintais ao fundo, para criação de aves e pequena horta. Independente desse pequeno terreno, em terras não canavieiras, o colono possui suas plantações de cereais, leguminosas alimentícias e até de algodão.²²

Apesar da pesquisa deste autor abranger grande parte do estado de São Paulo, não sabemos até que ponto esse tipo de generalização acima apresentada é aceitável. Ademais, por serem colocações feitas por um funcionário do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A.), representam um ponto de vista que não pode ser considerado imparcial. Ainda, segundo este autor, acerca dos colonos das usinas do estado de São Paulo, no ano de 1943, 63% desses trabalhadores eram brancos, 20% negros e 17% mestiços. A influência da imigração italiana era bastante acentuada, pois “*para cada dez trabalhadores inquiridos, são filhos de italianos, na Usina Piracicaba, 5; na Boa Vista, 4; na Monte Alegre, 5; na Vila Raffard, 2; na Tamoio, 3; na De Cilo, 3; na Ester, 7; na Schmidt, 2; na Santa Bárbara, 2; e na Usina Itaquerê, entre os inquiridos, não havia nenhum filho de italiano.*”²³

Tendo em vista o isolamento relativo das usinas naquela época, em função de limitações impostas pelos meios de transporte e por sua reduzida acessibilidade, as usinas tornavam-se não apenas *lócus* de moradia de seus funcionários da indústria e da lavoura, quanto também espaço de sociabilidade entre eles. A Usina Monte Alegre de Piracicaba, em 1945, comportava um total de 906 casas, a maioria das quais distribuídas no pequeno núcleo urbano formado por sua vila de

²² CARLI, 1943, p. 107.

²³ CARLI, 1943, pp. 109 e 119. Nas usinas Santa Bárbara e Monte Alegre, os nomes de alguns entrevistados pelo autor dão clara idéia de sua origem: Antonio Rizzo, Atílio Bigotto, Ernesto Colletti, João Bassetti, João Manesco, João Romanini, Luiz Carletti, Narciso Belanni, Nazareno Santini, Nello Luchetti, Vitorio Buzinari, Vitorio Schiavon, etc.

trabalhadores. Além de moradias, havia centro médico e odontológico, farmácia, padaria, supermercado, biblioteca, clube, campo de futebol e igreja, considerado o local era considerado:

[...] um ‘bairro aprazível’, centro de reuniões, de festas, de educação, além de muito trabalho, o núcleo fabril chegou a ter uma população de mais de cinco mil pessoas [...] Os edifícios, de uso comunitário, encontravam-se ao longo da avenida principal, a Via Comendador Pedro Morganti, onde também estavam dispostas duas moradias de alto padrão.²⁴

Fora deste núcleo maior, localizado no entorno imediato da planta industrial, existiam ainda cerca de 750 casas em colônias agrícolas, algumas das quais contavam com escola e igreja.²⁵ Mais impressionante era a vida social existente na outra usina da “Sociedade Anônima Refinadora Paulista”, a Tamoio, localizada em Araraquara. Esta usina, que em 1946 batia o *recorde* continental de produção de açúcar, transformando-se na maior indústria sucro-alcooleira da América do Sul, comportou em sua fase de apogeu:

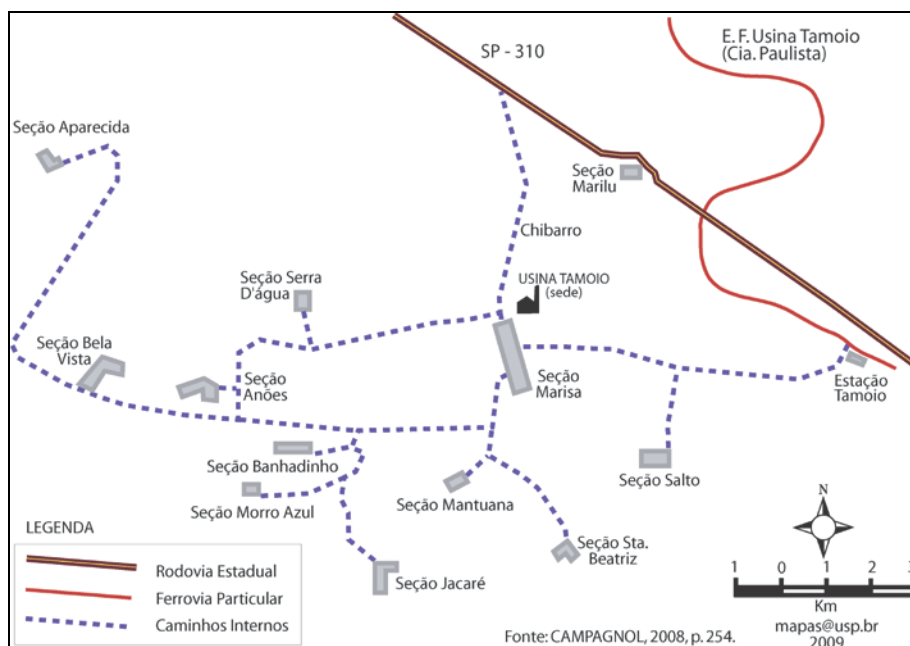
[...] uma população trabalhadora de aproximadamente 3.000 pessoas, e abrigou entre 7.000 e 10.000 moradores. O número de casas fornecidas pela empresa chegou a aproximadamente 1.500 [...] desde a década de 1930, a usina mantinha um grupo escolar no núcleo fabril e seis escolas isoladas, concedendo, inclusive, bolsas de estudo [...] Em 1943, foi inaugurada a suntuosa Igreja de São Pedro, “considerada a mais rica da Diocese de São Carlos”, e nomeados dois padres que fixaram residência na usina.”²⁶

²⁴ CAMPAGNOL, 2008, p. 243.

²⁵ CAMPAGNOL, 2008, pp. 243-244.

²⁶ CAMPAGNOL, 2008, pp. 250-251.

IMAGEM 8



Aspecto fundiário da Usina Tamoio, que chegou a possuir 5.000 alqueires nos anos 1950, distribuídos por suas diversas colônias (seções).²⁷

Na Usina Esther, em Cosmópolis, foram criados quatro núcleos habitacionais, uma casa-sede, um conjunto de dez casas para os funcionários mais gabaritados, cinema, armazém, açougue e uma igreja. Enquanto a maioria das casas de colonos, concentradas nas Colônias Botafago, Jaguari, Palmeiras e Quebra Canela eram singelas, em sua maioria geminadas ou mesmo triplas, as casas destinadas aos gerentes, administradores e engenheiros recebiam tratamento paisagístico mais elaborado e apresentavam projetos arquitetônicos diferenciados. “A casa-sede da Família Nogueira, destinada também ao abrigo de ilustres visitantes, foi construída entre 1913 e 1914, com projeto elaborado por Ramos de Azevedo.”²⁸

IMAGEM 9



Núcleo residencial da Usina São João de Araras, que localizada à nove quilômetros da cidade, acoplou as residências de seus funcionários à usina.²⁹ Foto, 1956.

²⁷ CAMPAGNOL, 2008, p. 250.

²⁸ CAMPAGNOL, 2008, p. 266.

²⁹ CAMPAGNOL, 2008, p. 297.

IMAGEM 10Vista aérea da Usina São João e de sua vila de moradores.³⁰**IMAGEM 113**Destilaria do interior de São Paulo e casa de trabalhadores agroindustriais. Dec. 40.³¹

³⁰ CAMPAGNOL, 2008, p. 297.

³¹ CAMPAGNOL, 2008, p. 76.

IMAGEM 124



Fotografia aérea das partes industrial, habitacional e agrícola da Usina Itaquerê. Igreja ao centro, lenhas para fornalha, abaixo, junto à linha do trem. Nova Europa, 1939.³²

IMAGEM 135



Detalhe das casas de trabalhadores da Usina Itaquerê. Nova Europa, 1939.³³

³² Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo.

³³ Acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo.

4 O fim do colonato na canavieultura paulista

O pós-guerra marcou uma série de transformações estruturais em todo o ocidente. O interior paulista não foi exceção. O processo modernizador se instalou aos poucos, envolvendo profundas mudanças de ordem técnica, social e cultural (SAMPAIO, 2010). Inicia-se na década de 1950 um processo de intensificação da produtividade e do rendimento do trabalho agrícola, via, sobretudo, a introdução de novas técnicas, novos conhecimentos, novos sujeitos e novos objetos, todos dotados de maior intencionalidade específica em relação à função que deveriam cumprir. Foi nesse contexto que, por exemplo, carroças e vagões de trens foram completamente substituídos por tratores, ônibus e caminhões; foi nesta conjuntura que o sistema de colonato tornou-se “*antieconômico*”. Paradoxalmente, ao se valorizar o trabalho, e portanto, a condição de trabalhador rural, tornou-se mais dispendioso aos empregadores manterem vínculos dessa natureza. O aumento dos direitos trabalhistas foi diretamente proporcional ao aumento do desemprego na área rural, redundando na intensa migração campo-cidade. Nesse sentido, pode-se mencionar a promulgação em 1963 do “*Estatuto do Trabalhador Rural*”, que garantia legalmente, dentre outros direitos, a regulamentação da duração da jornada semanal de trabalho, remuneração diferenciada para trabalho noturno, repouso semanal remunerado e férias remuneradas.³⁴ Dois outros Atos Normativos datados de 1968 também foram marcantes, pois tornavam obrigatório às “*usinas e destilarias fornecer a seus funcionários assistência educativa, recreativa, farmacêutica, hospitalar e odontológica, assim como auxílios-funeral e pré-natal*”.³⁵ Garantiram ainda:

[...] aos trabalhadores rurais da lavoura canavieira, com mais de um ano de serviço contínuo na empresa [...] direito ao uso, a título gratuito, de uma área de terra próxima a sua moradia, suficiente a plantação e a criação necessárias a sua subsistência e a de sua família [...] em distância não superior a três quilômetros [...] do seguinte modo: 0,5 hectare para trabalhador solteiro, viúvo ou desquitado; 1 hectare para trabalhador viúvo ou desquitado com filho de idade superior a 15 anos; 1,5 hectare para trabalhador casado e 2 hectares para trabalhador casado com filho de idade superior a 15 anos.³⁶

Tais medidas, em conjunto e no contexto em que se inseriram, representaram um golpe fatal para o regime de colonato que já vinha se dissipando. A partir desse momento passam a vigorar na agroindústria canavieira paulista quase que apenas relações capitalistas de contratação e trabalho. Para o vendedor de sua força de trabalho, a situação piorou, pois passou a ser contratado apenas “*nas épocas, ocasiões, meses, semanas ou dias em que é necessário para a continuidade da reprodução do capital agroindustrial*”. Passou ainda a competir com inovações técnicas que lhe “

³⁴ DANTAS, 1972, p. 225.

³⁵ IANNI, 1984, pp. 58 e 59.

³⁶ IAA, Revista Brasil Açucareiro, jul. 1972, pp. 50-53.

roubavam o trabalho” justamente ao potencializar a produtividade individual de cada trabalhador, já que um número cada vez menor de trabalhadores produziam maiores quantidades de produtos-mercadorias com o auxílio de novas máquinas, implementos ou tratos culturais. Com a “garantia” dos direitos trabalhistas, “os *benefícios auferidos [...] atingiram apenas uma pequena minoria, [sendo que] o maior prejudicado acabou sendo aquele que deveria ser beneficiado*”.³⁷ Assim, êxodo rural, precarização do trabalho, falta (e sazonalidade) de emprego, urbanização acelerada e mecanização da lavoura foram todos frutos de uma mesma árvore.

IMAGEM 14



A turma do caminhão da frente é masculina, a do de trás é feminina. Praça central de Serra Azul, 1971.³⁸

5 Considerações finais

O colonato, mais conhecido na bibliografia científica por sua importância enquanto mão-de-obra vinculada à atividade cafeeira no estado de São Paulo, foi essencial em certa fase do desenvolvimento histórico da canavieira agroindustrial paulista. De acordo com os padrões de sua época, desempenhou uma espécie de transição entre o trabalhador cativo, escravizado de origem africana, residente na área agrícola e desprovido dos meios de produção com que labutava em seu dia-a-dia; e o trabalhador sazonal, também conhecido por boia-fria ou safrista, frequentemente um migrante de outras regiões menos favorecidas do país, empregado apenas em ocasiões específicas dentro da atividade agrícola canavieira.

Referências

CAMPAGNOL, Gabriela. **Usinas de açúcar**: habitação e patrimônio industrial. São Carlos: Tese de Doutorado, IAU, USP, 2008.

³⁷ ROSSINI, 1975, pp. 9 e 141.

³⁸ ROSSINI, 1975, p. 277.

CARLI, Gileno dé. **Gênese e evolução da indústria açucareira paulista**. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti editores, 1943.

DANTAS, José. **Sertãozinho: Uma sociedade dependente da agro-indústria açucareira**. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1972.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas LTDA. 1979.

PICARD, J. **Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim**. Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903. Tradução: Maria da Glória Porto Kok e Alberto Alexandre Martins; Revisão Técnica: Oriowaldo Queda e Tamás Szmrecsányi. Estudos Rurais 14. São Paulo: Editora HUCITEC/Editora da UNICAMP, 1996.

ROSSINI Rosa Ester. **Contribuição ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo**. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 1975.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. **Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias - o histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieicultura paulista: séculos XVI a XXI**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2010.

BRAY, Sílvio Carlos. **A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: revisão dos paradigmas tradicionais**. Rio Claro: Tese de Livre Docência, IGCE, UNESP, 1989.

GNACCARINI, José César Aprilanti. **Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira de São Paulo**. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1972.

MEIRA, Roberta Barros. **Bangüês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2007.

MEYER, Antonio Correia. **A cultura da cana e a indústria açucareira em São Paulo**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1941.

QUEDA, Oriowaldo. **A intervenção do estado e a agroindústria açucareira paulista**. Piracicaba: Tese de Doutorado, ESALQ/USP, 1972.

SAWYER, Frederic H. **Relatório apresentado à Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria, 1905**. São Paulo, Typographia Brasil, 1905.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. **Usina Ester – 100 anos de história: 1898-1998**. Cosmópolis, 1998.

SOUZA, Jonas Soares. de. **Uma empresa pioneira em São Paulo: o engenho central de Porto Feliz**. Edição comemorativa do centenário do engenho central de Porto Feliz (1878-1978). Coleção Museus Paulistas. 1978. vol. 7.